

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O USO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO CONTEXTO PANDÊMICO

Carlos Cesar dos Santos, Ariadne Lopes Ecar

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.5214>

Submetido em: 2022-12-12

Postado em: 2022-12-19 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

THE USE OF TEXTBOOKS IN TECHNICAL HIGH SCHOOL EDUCATION IN THE PANDEMIC CONTEXT

O USO DOS LIVROS DIDÁTICOS NO ENSINO MÉDIO TÉCNICO NO CONTEXTO PANDÊMICO

CARLOS CESAR DOS SANTOS^{1;2}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9897-7658>

ARIADNE LOPES ECAR^{1;3}

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4562-8702>

¹ Universidade Ibirapuera - UNIB. São Paulo, SP, Brasil.

² <cesar.pormaiseducacao@hotmail.com>

³ <ariadne.ecar@ibirapuera.edu.br>

RESUMO: A pandemia provocada pelo SARS/COV-2 afetou diretamente o ensino básico em todo o país, em virtude do distanciamento social ter sido uma das medidas sanitárias instauradas como tentativa de conter a propagação do vírus. Dessa forma, as escolas foram fechadas e se instituiu o Ensino Remoto Emergencial (ERE), para que as atividades escolares não fossem interrompidas. Essa medida fez com que as escolas públicas disponibilizassem livros didáticos como material de estudos e consulta. O presente artigo faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “Concepções de alunos do ensino médio técnico sobre a utilização de livros didáticos durante a pandemia da covid-19”, um estudo realizado nos anos de 2021 e 2022, sob a aprovação do comitê de ética, no qual verificou-se como objetivo as concepções de alunos do ensino médio sobre a utilização de livros didáticos como suporte no ensino remoto durante a pandemia do Covid-19. O artigo apresenta as concepções de alunos regularmente matriculados em escola da Rede Pública do Estado de São Paulo, sobre a utilização de livros didáticos. Para fazer a pesquisa utilizamos a abordagem qualitativa, e a metodologia estudo de caso, na qual a análise de conteúdo foi essencial para os resultados conclusivos deste estudo. Os dados coletados por questionário sociodemográfico e por entrevista semiestruturada proporcionaram análises conclusivas sobre a importância dos livros didáticos na cultura escolar em tempos de pandemia.

Palavras-chave: livro didático, ensino-aprendizagem, ensino remoto emergencial.

THE USE OF TEXTBOOKS IN TECHNICAL HIGH SCHOOL EDUCATION IN THE PANDEMIC CONTEXT

ABSTRACT: The pandemic caused by SARS/COV-2 directly affected basic education throughout the country, as social distancing was one of the sanitary measures put in place in an attempt to contain the spread of the virus. Thus, schools were closed and Emergency Remote Education (ERE) was instituted so that school activities would not be interrupted. This measure has led public schools to make textbooks available as study and consultation material. The present article is part of the master's research entitled "Conceptions of technical high school students about the use of textbooks during the

covid-19 pandemic", a study conducted in the years 2021 and 2022, under the approval of the ethics committee, in which it was verified as an objective the conceptions of high school students about the use of textbooks as support in remote teaching during the covid-19 pandemic. The article presents the conceptions of students regularly enrolled in a public school in the State of São Paulo about the use of textbooks. The research used a qualitative approach and a case study methodology, in which content analysis was essential for the conclusive results of this study. The data collected from the sociodemographic questionnaire and semi-structured interview provided conclusive analyses about the importance of textbooks in school culture in times of pandemic.

Keywords: textbook, teaching-learning, emergency remote teaching.

EL USO DE LIBROS DE TEXTO EN LA ENSEÑANZA SECUNDARIA TÉCNICA EN LA CONTEXTO PANDÉMICO

RESUMEN: La pandemia causada por el SARS/COV-2 afectó directamente a la educación básica en todo el país, ya que el distanciamiento social fue una de las medidas sanitarias introducidas en un intento de contener la propagación del virus. Así pues, se cerraron las escuelas y se instituyó la Educación a Distancia de Emergencia (ERE) para que no se interrumpieran las actividades escolares. Esta medida hizo que las escuelas públicas pusieran los libros de texto a disposición de los alumnos como material de estudio y consulta. El presente artículo forma parte de la investigación de maestría titulada "Concepciones de estudiantes de enseñanza media técnica sobre el uso de libros de texto durante la pandemia de covid-19", estudio realizado en los años 2021 y 2022, bajo la aprobación del comité de ética, en el cual se verificó como objetivo las concepciones de estudiantes de enseñanza media sobre el uso de libros de texto como apoyo en la enseñanza a distancia durante la pandemia de covid-19. El artículo presenta las concepciones de alumnos regularmente matriculados en escuelas públicas del Estado de São Paulo, sobre el uso de libros de texto. Para realizar la investigación se utilizó el enfoque cualitativo, y la metodología de estudio de caso, en la que el análisis de contenido fue esencial para los resultados concluyentes de este estudio. Los datos recogidos por cuestionario sociodemográfico y por entrevista semiestructurada proporcionaron análisis concluyentes sobre la importancia de los libros de texto en la cultura escolar en tiempos de pandemia.

Palabras clave: libro de texto, enseñanza-aprendizaje, enseñanza a distancia de emergencia.

INTRODUÇÃO

O livro didático é avaliado como um material sistemático de cunho pedagógico, preparado para auxiliar a comunidade escolar no processo de ensino-aprendizagem. É considerado uma fonte de informações educacionais organizada para auxiliar o professor e o aluno em sala de aula nas suas interações educacionais, possibilitando ensinar conteúdos para a formação no mundo contemporâneo.

De acordo com Saviani (2007, p. 136), “[...] os livros didáticos serão o instrumento adequado para a transformação da mensagem científica em mensagem educativa”. Nota-se, ainda, que, nesse caso, o livro didático é um instrumento adequado à escola, uma vez que os demais recursos não reúnem um corpo de conhecimentos sistematizados como o é aquele que constitui a ciência produto. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) constatou que, com a pandemia de Covid-19, 96.6% dos estudantes brasileiros da rede pública não possuíam acesso à internet, ou seja, 5.8 milhões de estudantes de escolas públicas não estavam/estão conectados ao conhecimento digital fornecido pelas plataformas de ensino público (NASCIMENTO, 2020).

O interesse em desenvolver uma pesquisa sobre os livros didáticos no contexto padêmico, foi de conhecer as concepções de alunos do Ensino Médio Técnico sobre a utilização de livros didáticos durante a pandemia do Covid-19, pois sabe-se que muitos jovens estudantes não possuem material de estudo e acesso à internet.

Quando falamos em livros didáticos, os relacionamos diretamente ao Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD), bem como às ações desenvolvidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em prol do acesso à igualdade da educação para a sociedade brasileira.

O objetivo do Programa Nacional do Livro e do Material Didático consiste em

[...] avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 1996, art. 1).

As ações do PNLD possibilitam a equidade aos estudantes e permitem e facilitam o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo uma seleção de fontes confiáveis de estudo, selecionados previamente por especialistas.

Pretendemos, com este artigo, apresentar resultados de pesquisa na qual foram coletados dados por meio de questionário socioeconômico e entrevistas semiestruturadas realizadas com alunos do ensino médio de escola pública, com autorização de seus responsáveis, para verificar as concepções de alunos sobre a utilização de livros didáticos durante a pandemia de Covid-19.

OS LIVROS DIDÁTICOS EM QUESTÃO

O livro pode ser caracterizado como um material físico que promove a disseminação de conhecimentos, ideias, crenças, culturas, valores e conceitos importantes para o crescimento intelectual e emocional. Ao longo do tempo, foi sendo modificado e aperfeiçoado.

No Brasil foi estabelecido o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), pelo Decreto nº 91.542, em 19 de agosto de 1985, substituindo outros programas, revogando a contrapartida dos Estados e incluindo alterações no programa onde aconteceria:

- Indicações do livro didático pelos professores;
- Reutilização do livro, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção, visando maior durabilidade possibilitando a implantação de banco de livros didáticos;
- Extensão da oferta aos alunos de 1º e 2º série das escolas públicas e comunitárias;
- Fim da participação financeira dos estados, passando o controle do processo decisório para a FAE e garantindo o critério de escolha de livro pelos professores (BRASIL, 2012).

No dia 5 de outubro de 1988, sob a presidência brasileira de José Sarney, foi promulgado o texto constitucional denominado Constituição Cidadã Democrática. A Constituição de 1988 foi desenvolvida e elaborada em aproximadamente doze meses, por 559 parlamentares da Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo Deputado Ulysses Guimarães. A partir da Constituição de 1988, ocorreram mudanças nos aspectos sociais:

[...] nas relações de poder e nas relações sociais globais, nos últimos 20 anos, introduzindo temas, redefinindo papéis, incorporando às instituições sociais segmentos historicamente

marginalizados, sem, no entanto, alterar substantivamente as relações sociais vigentes (NEVES, 1999, p. 99).

A Constituição de 1988 possui um papel social importante na sociedade brasileira, sendo um manual que contempla um conjunto de normas e leis que garantem direitos e deveres baseados na democracia. No texto constitucional, os assuntos educacionais eram vistos em uma perspectiva política, motivando a inserção da educação como um direito social, em que

[...] todo cidadão brasileiro tem o direito subjetivo público de exigir do Estado o cumprimento da prestação educacional, independentemente de vaga, sem seleção, porque a regra jurídica constitucional o investiu nesse status, colocando o Estado, ao lado da família, no poder-dever de abrir a todos as portas das escolas públicas e, se não houver vagas nestas, das escolas privadas, pagando as bolsas aos estudantes (CRETELLA, 1991, p. 881-882).

Visando ao direito de acesso à educação básica a toda população brasileira, alguns artigos da Constituição de 1988 proporcionam seguridade à educação, sendo ela amplamente oferecida a todos, com o dever do Estado e da família, gerada e motivada com a colaboração da sociedade para o desenvolvimento da comunidade, em prol do preparo ao exercício e habilidade para o trabalho. É evidente destacar que, para esse exercício educacional, o Estado, dentro de suas responsabilidades, garante condições mínimas para uma alfabetização de qualidade, instituindo, em seu artigo 208, inciso VII, “[...] atendimento ao educando no ensino fundamental através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde” (BRASIL, 1988, p. 124).

Com o intuito de viabilizar a qualidade de ensino, analisar e identificar os fatores que ocorrem no processo de ensino-aprendizagem, o MEC, representado pelos seus membros, inicia em 1990, debates sobre a qualidade dos livros didáticos em prol da educação, a partir de dados do Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEB).

Posteriormente, surgiram novas concepções de pesquisas e avaliações dos manuais escolares. Nesses estudos, o livro didático foi entendido como

Um objeto histórico, com características e funções específicas, ao qual podem ser estabelecidas diversas vinculações com o contexto de sua produção e utilização. Prospectaram-se suas relações mais profundas com a escolarização, as propostas pedagógicas, as políticas públicas, com o saber acadêmico e com a cultura em geral. Ampliou-se sua percepção como objeto de consumo dentro do mercado editorial, analisando sua linguagem, sua forma, sua materialidade (MORENO, 2014, p. 45).

Nos anos de 1993 e 1994, foi estabelecida a comissão especial para organizar o Plano Decenal (PD) da Educação para Todos, pois a Conferência Mundial de Educação, criada pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1990, estabeleceu que países com o maior índice de analfabetismo e maior déficit no acolhimento da escolaridade obrigatória deveriam organizar e desenvolver planos decenais de educação igualitária para todos (SOBRINHO, 1993).

O PD estabeleceu, como necessidade, sete prioridades, ao constituir compromissos mundiais para garantir às pessoas instruções básicas e suficientes para uma vida digna.

São prioridades:

1. satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;

2. universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;
3. ampliar os meios e o alcance da educação básica;
4. favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;
5. fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;
6. incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;
7. estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional (MENEZES; SANTOS, 2001).

Em outubro de 1995, foi realizado o “Seminário Livros Didáticos: Conteúdo e Processo de Avaliação”, momento em que foram divulgados e estabelecidos pelas comissões os critérios utilizados para análise e eliminação de livros didáticos:

- Os livros não podem expressar preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;
- E não podem ser desatualizados, nem conter ou induzir a erros graves relativos ao conteúdo da área, como, por exemplo, erros conceituais (BRASIL, 1997, p. 13).

Após a implantação do PD na educação pública brasileira, em 1996, é iniciada a avaliação pedagógica dos livros didáticos a serem disponibilizados no PNL D. Essas ações eram importantes para atingir o compromisso estabelecido com a Unesco, sendo que, posteriormente, esses livros seriam selecionados pelos professores de diversas escolas pelo Guia de Livros Didáticos, elaborado pelo MEC, com resenhas importantes das coleções apreciadas e aprovadas pela comissão especial de professores.

Outro ponto importante a destacar foi que o MEC expressou grande preocupação com a qualidade dos livros didáticos, estabelecendo assim critérios relacionados à área da obra, como também inibir veiculações sobre preconceito, condição social, ética, racial, regional, de gênero, de orientação sexual, de linguagem, eliminando dos livros qualquer forma de discriminação ou de violação de direitos, proibindo a doutrina política e religiosa, e a difusão de publicidade e propaganda.

O Decreto-Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, criou o Conselho Nacional da Educação (CNE), composto por 12 conselheiros que auxiliavam na colaboração e na formulação da Política Nacional da Educação, proporcionando o assessoramento de atribuições normativas ao Ministério da Educação. O CNE, a partir dos resultados dos processos avaliativos da educação infantil, fundamental, média, profissional e especial, adotou medidas necessárias para reestruturar a LDB.

Foi na presidência de Fernando Henrique Cardoso que ocorreu a revogação dos dispositivos estabelecidos, de estruturas anteriores à LDB, sendo publicada, em 20 de dezembro de 1996, a LDB nº 9.394/96, que teve como marco nacional a divisão da operacionalização em dois níveis de educação, o nível básico, formado pelo ensino fundamental e médio, e o nível superior (CUNHA; XAVIER, 2018).

Levando em consideração todo o percurso e seriedade do processo de utilização e avaliação do livro didático, Hofling (2000, p. 168) afirma que,

Desde 1996 essas condições têm atuado mais sistematicamente avaliando livros didáticos, e à época da divulgação de seus resultados é possível ler com muita frequência matérias com títulos como “Editoras vão à justiça contra MEC” (Folha de São Paulo, 21/05/1996), “Autores de livros didáticos exigem lista do MEC” (Folha de São Paulo, 13/01/1997), em Jornais de grande circulação. Até mesmo pressões diretamente exercidas sobre pareceristas são relatadas pelos componentes das comissões de avaliação.

Em consonância com a Lei nº 9.394/96, foram implementados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), entre os anos de 1997 e 1998, sendo usado como um referencial para reelaborar as propostas curriculares do ensino escolar, bem como possibilitar a autonomia na deliberação das diretrizes curriculares.

Nota-se, nas pesquisas, que os PCNs possuem uma relação importante com o livro didático, sendo

[...] um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento (BRASIL, 1997, p. 13).

Em continuidade ao processo de aperfeiçoamento do PNLD, foi estabelecida a fusão da FAE com o FNDE, transferindo as responsabilidades, atribuições e competências da política de execução do PNLD para o FNDE, ainda no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio do Decreto nº 2.162, de 24 de fevereiro de 1997.

A partir das reuniões realizadas pela comissão do FNDE, muitas alterações e melhorias foram inseridas como meta de aprimoramento no campo de distribuição de materiais didáticos. Em 2000, foram distribuídos dicionários de língua portuguesa aos alunos iniciantes do ensino fundamental público. Já em 2005, o FNDE possibilitou a entrega de dicionários às escolas públicas do ensino fundamental, melhorando e ampliando o acervo das bibliotecas.

Nessa perspectiva de distribuição de materiais didáticos, o ensino médio público e a educação de jovens e adultos passaram a ser atendidos integralmente pelo FNDE, em 2011, recebendo materiais didáticos considerados necessários ao currículo básico da educação.

Parece não haver dúvida de que o estado, ao desenvolver o PNLD desde 1985 (seu formato atual), bem como ao promover continuamente a sua expansão para outros segmentos da educação básica, tem contribuído para ampliar a circulação da mercadoria livro didático, consumida por um número crescente de alunos das escolas públicas e particulares no Brasil, na contemporaneidade (SILVA, 2015, p.10).

Com o intuito de proporcionar melhorias na educação pública, em 2012, o PNLD possibilitou avanços tecnológicos aos professores e alunos usuários da educação pública nacional, disponibilizando materiais digitais.

[...] pela primeira vez, as editoras puderam inscrever no âmbito do PNLD 2014, objetos educacionais digitais complementares aos livros impressos. Esse novo material multimídia, que inclui jogos educativos, simuladores e infográficos animados, será enviado para as escolas em DVD para a utilização pelos alunos dos anos finais do ensino fundamental no ano letivo de 2014. O DVD é um recurso adicional para as escolas que ainda não têm internet. Os novos Livros didáticos trarão também endereços on-line para que os estudantes tenham acesso ao material multimídia, complementando o assunto estudado, além de tornar as aulas mais modernas e interessantes (FNDE, 2021).

Considerando o aumento na distribuição do material didático às escolas e aos alunos, o PNLD destacou que essa expansão na escolarização proporcionou uma ampliação no número de leitores. “O programa transformou-se numa Política de Estado que tornou o livro didático um objeto acessível para praticamente todos os estudantes de escolas públicas brasileiras neste começo de século” (SILVA, 2012, p. 817).

Até o presente momento, pudemos constatar a influência das políticas públicas em favor da educação, visto que o plano da educação para o decênio de 2014 instituiu, por meio do Decreto-Lei nº 13.005/2014, diretrizes com a finalidade de guiar a educação brasileira em um regime colaborativo, e uma delas demonstra a preocupação com o LD, sendo necessário

[...] institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral (BRASIL, 2015, p. 99).

Nos dias atuais, o PNLD é sistematizado em 13 fases, etapas ou módulos de funcionamento. São realizados no Sistema de Controle de Materiais Didáticos (SIMAD), sendo desenvolvido para organizar os trabalhos executados pela Coordenação Geral dos Programas do Livro (CGPLI) em função de todo o processo, para que os alunos possam usufruir desse material (BRASIL, 2014).

As etapas a serem realizadas são:

1. Planejamento; 2. Inscrição; 3. Triagem; 4. Avaliação; 5. Escolha; 6. Habilitação; 7. Processamento da Demanda; 8. Negociação; 9. Contratação; 10. Pagamento; 11. Controle de Qualidade; 12. Distribuição; 13. Documentação com diversas rotinas (BRASIL, 2014, p. 99).

Para o recebimento do material didático, o gestor precisa estar atento a todas as etapas que deverão ser realizadas pelo portal do FNDE, com login e senha particular, sendo importante não perder os prazos de cadastramento, pois, na falta do preenchimento, os alunos receberão materiais que não foram avaliados e selecionados pelos seus professores, o que poderá repercutir em perdas pedagógicas (BRASIL, 2014).

O PNLD possui ciclos trienais alternados e

[...] a cada ano o MEC adquire e distribui livros para todos os alunos de um segmento, que pode ser: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental ou ensino médio. A exceção dos livros consumíveis, os livros distribuídos deverão ser conservados e devolvidos para a utilização por outros alunos nos anos subsequentes (BRASIL, 2012).

A finalização do processo se dá na entrega dos livros às unidades escolares, por intermédio de um contrato firmado entre FNDE e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), sendo supervisionado pelos técnicos do FNDE e Secretarias Estaduais de Educação.

LIVRO DIDÁTICO COMO RECURSO PEDAGÓGICO

Ao longo da história da educação brasileira, notamos o quanto o PNLD se aperfeiçoou em relação ao seu escopo e suas normas de execução, modificando-se e se adaptando-se aos novos movimentos do mundo contemporâneo, para possibilitar novas alternativas de ensino-aprendizagem.

O livro didático é um produto cultural, dotado de alto grau de complexidade e que não deve ser tomado unicamente em função do que contém sob o ponto de vista normativo, uma vez que não só sua produção vincula-se a múltiplas possibilidades de didatização do saber histórico, como

também sua utilização pode ensejar práticas de leitura muito diversas (MIRANDA; LUCA, 2004, p. 124).

Neste processo de discussão sobre a presença do LD nas escolhas públicas, iremos abordar as considerações de alguns autores sobre o LD em dois momentos. Iniciamos com fundamentações teóricas sobre a necessidade do material didático nas escolas públicas, direcionado, como ferramenta de trabalho, aos professores, para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem, bem como aos alunos que vivem em estado de vulnerabilidade social, diante da precariedade do ensino oferecido na esfera pública.

A permanência deste material ou recurso didático pedagógico nas escolas públicas determina sua importância como “[...] instrumento de comunicação, de produção e de transmissão de conhecimento, integrante da ‘tradição escolar’ há, pelo menos, dois séculos” (BITTENCOURT, 2004, p. 125).

O livro didático é também um depositário de conteúdos escolares, suporte básico e sistematizador privilegiado dos conteúdos elencados pelas propostas curriculares; é por seu intermédio que são passados os conhecimentos e técnicas consideradas fundamentais de uma determinada época. O livro didático apresenta o saber universal acumulado que decodifica em saber escolar no processo de explicitação curricular (BITTENCOURT, 1997, p. 72).

O LD tem o papel de auxiliar o professor e o aluno, sendo um direcionador de currículo, uma fonte de informação e pesquisa, bem como um excelente recurso para o estabelecimento de métodos de ensino, sendo um facilitador e mediador entre os diferentes saberes que instituem os conteúdos escolares (MEGID NETO; FRACALANZA, 2006; SELLES; FERREIRA, 2004).

Ao tomarmos o livro didático como instrumento de mediação pedagógica, entre a produção de conhecimentos escolares, atuação dos professores, e as vivências dos educandos enquanto sujeitos sociais, é imprescindível que se busque compreendê-lo mais amplamente, como objeto historicamente situado (LIMA, 2012, p. 144).

Nesse sentido, Carvalho (2021) aponta que é importante e necessário a reflexão dos professores em relação às suas aulas, pois sua práxis é um fator primordial em relação ao desempenho do aluno. Suas ideologias e crenças não podem ser substituídas pelo conhecimento científico, ignorando o que as pesquisas apontam como eficaz, deixando de lado a transmissão de conhecimento para um processo educativo mais alinhado ao sistema educacional disponível aos alunos.

Assim, é pertinente argumentar que

[...] os livros didáticos serão o instrumento adequado para a transformação da mensagem científica em mensagem educativa. Nota-se, ainda, que, nesse caso, o livro didático é não somente o instrumento adequado, mas insubstituível, uma vez que os demais recursos não se prestam para uma transmissão de um corpo de conhecimentos sistematizados como o é aquele que constitui a ciência produto (SAVIANI, 2007, p. 136).

Para Santos (2021), o LD, se analisado e escolhido de maneira sistemática e crítica em relação à realidade escolar, poderá ser um instrumento metodológico fundamental na prática escolar, e considerado como um componente indispensável no processo de ensino-aprendizagem. Este material didático-pedagógico tem sido uma ferramenta norteadora para a prática pedagógica do professor, possibilitando, simultaneamente, aos envolvidos neste processo de ensino, momentos e circunstâncias metodológicas de conhecimentos essenciais a favor de uma qualidade no ensino.

Nessa situação de ensino-aprendizagem, é significativo destacar que o LD assumiu um papel central na prática pedagógica, apoiando e auxiliando os professores na estruturação e organização do ensino das disciplinas escolares, tendo como foco os PCNs. O MEC considera que

[...] os livros didáticos tendem a apresentar não uma síntese dos conteúdos curriculares, mas um desenvolvimento desses conteúdos; a se caracterizar não como um material de referência, mas como um caderno de atividades para expor, desenvolver, fixar e, em alguns casos, avaliar o aprendizado; desse modo, tendem a ser não um apoio ao ensino e ao aprendizado, mas um material que condiciona, orienta e organiza a ação docente, determinando uma seleção de conteúdos, um modo de abordagens desses conteúdos, uma forma de progressão, em suma, uma metodologia de ensino, no sentido amplo da palavra (BRASIL, 2001, p. 29).

No sistema básico de ensino, o LD é considerado um material principal empregado na prática pedagógica diária do professor, sendo o instrumento de apoio sistematizador e suporte teórico dos conteúdos que devem ser ensinados em sala de aula. Assim, as atividades escolares desenvolvidas com a utilização do LD possibilitam oferecer contribuições aos professores e aos alunos. São elas:

- a) aumento da capacidade de ler (aumento de vocabulário, aumento da compreensão do que se lê);
- b) integração e sistematização da matéria (graças a uma sequência ordenada das lições);
- c) facilitação de revisões periódicas; e
- d) desenvolvimento de hábitos de independência e de autonomia (ROMANATTO, 2004, p. 6).

Sendo assim, é necessário frisar que o PNLD possibilita aos professores a autonomia de avaliar e selecionar, trienalmente, duas opções de livros didáticos, por disciplina, que mais se aproximam da cultura à qual a escola está inserida, materiais aprovados na avaliação pedagógica do MEC, que auxiliarão o planejamento das atividades diárias escolares, mas não determinantes no que se deve ou não fazer em sua prática pedagógica, pois

A partir desse contexto, o LD ocupa um espaço essencial na cultura escolar do Brasil, por se fazer presente no dia a dia da educação formal. A participação ativa do LD no processo de ensino-aprendizagem proporciona diariamente aos professores um planejamento didático e metodológico da sua disciplina, auxiliando-o na sua formação complementar e na formação do pensamento do aluno.

Sendo assim,

O livro didático independente da condição do professor, no transcorrer do século XIX, transformou-se em uma ferramenta no trabalho indispensável na sala de aula. Nos anos seguintes, o aperfeiçoamento técnico na fabricação do livro e a possibilidade de ser consumido por um número cada vez maior de alunos aliados à continuidade de uma precária formação do corpo docente fizeram do livro didático um dos símbolos da cultura escolar, um depositário privilegiado do saber a ser ensinado (BITTENCOURT, 2008, p. 190).

Por outro lado, não podemos deixar de relatar que o LD dentro das escolas, sob a orientação adequada dos professores, pode assumir funções diferentes no ensino-aprendizagem, pois pode ser usado em diversas situações escolares (BITTENCOURT, 2004).

Pesquisadores de livros didáticos em sala de aula os consideram como um recurso fundamental e necessário no processo de ensino-aprendizagem, pois sua presença ativa nas aulas desenvolve várias habilidades e competências. Desta forma, por ser

[...] um objeto de “múltiplas facetas”, o livro didático é pesquisado enquanto produto cultural; como mercadoria ligada ao mundo editorial e dentro da lógica do mercado capitalista; como suporte de conhecimentos e de métodos de ensino das diversas disciplinas e matérias escolares; e, ainda, como veículo de valores, ideológicos ou culturais (BITTENCOURT, 2004, p. 471).

A presença do LD em escolas públicas vem se consolidando ano após ano, em virtude das políticas públicas educacionais. Um exemplo marcante são os dados estatísticos crescentes divulgados no site do FNDE, que se referem à distribuição do material didático no território nacional.

Nessa linha de pensamento, em relação à distribuição de livros didáticos, os alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social conseguem ter o acesso a esse material didático, mesmo que muitas vezes atrasado, em virtude de residir em regiões de difícil acesso.

Como aponta Lajolo (1996), é considerado relevante que os livros didáticos possuam textos informativos com exercícios e atividades, apresentados de forma lúdica, com ilustrações, tabelas e textos, com a finalidade de favorecer uma aprendizagem significativa.

Assim, ao referir-se aos alunos inseridos no processo de escolarização, podemos evidenciar que o LD, muitas vezes, é a única fonte de conhecimento que eles possuem, sendo o LD o principal acesso à cultura e à informação.

O livro didático adquire especial importância quando se atenta para o fato de que ele pode ser, muitas vezes, o único livro com o qual a criança tem contato. Considerando-se o fato de que, ao deixar a escola, pode ocorrer que jamais tornem a pegar em livros, percebe-se que, para muitos cidadãos, o livro didático termina por ser “o” livro (MOLINA, 1988, p. 18).

Desde modo, é inegável e significativa a distribuição de livros didáticos aos alunos de todo o território nacional, pois esse elemento norteador, diante das condições em que é apresentado e trabalhado, enquanto formador pedagógico, instrui, diverte, estimula a leitura, informa e prepara o cidadão para a sua liberdade.

Considerando todo o exposto, a investigação e a reflexão sobre o contexto histórico cultural do LD no Brasil, podemos concluir que, se utilizado por um profissional da educação que seja mediador crítico, reflexivo e atualizado, frente às novas metodologias de ensino, poderá proporcionar e desenvolver nos alunos a intelectualização, bem como colaborar para uma formação cultural, social e política, itens essenciais e de extrema importância para a autonomia no ensino contemporâneo.

ENSINO REMOTO E SEUS DESAFIOS

Devido ao distanciamento social ocasionado pela proliferação do coronavírus, a maior parte das escolas públicas foi forçada a empregar o uso dos recursos oferecidos pelas ferramentas das TDICs, para assim continuar o ensino; no entanto, os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, por não estarem acostumados com o uso desses recursos, demonstraram mais dificuldades do que os alunos do ensino médio (VIEIRA; CARDOSO; SILVA, 2021).

Para Sene (2020), o ERE oferecido pelas escolas públicas apresentou uma série de problemas relacionados ao ensino domiciliar; um deles é a falta de acesso aos recursos adequados para realizar as atividades no formato remoto.

Além de muitos alunos não possuírem computadores e celulares de boa qualidade com acesso à internet estável, temos que levar em consideração as famílias que possuem dois, três ou mais

filhos, que não tinham recursos tecnológicos para todos os membros da família, o que comprometeu todo o desenvolvimento do ERE. Outros problemas enfrentados pelos pais foram:

- a) ausência de computadores em sua casa, já que utilizam os dispositivos móveis para acessar a rede de internet;
- b) a falta de experiência com a interface das plataformas que vem sendo utilizadas para os encontros virtuais, como Google Meet, Teams, entre outros;
- c) a dificuldade em medir as atividades que seguem a sequência prevista para as aulas presenciais, exigindo dos pais conhecimento e estratégias para ensinar aos filhos os conteúdos que são cobrados e não ensinados pelos professores. (ALVES, 2020, p. 9).

Segundo Sene (2020), o desafio das influências digitais no contexto do ensino-aprendizagem, em especial na educação básica, jamais deixou de ser um obstáculo a ser vencido. Isso porque esse cenário educacional apresenta traços de dificuldades, como: acesso e interação a essa ferramenta, não só pelos alunos, mas também por parte dos professores; infraestrutura deficiente que inibe a realização das atividades, com necessidade de plataformas digitais; falta de conexão com a internet; formação de professores com conhecimentos insuficientes para lidar com essas ferramentas; ou seja, um desafio constante.

Ao analisar as transcrições das entrevistas realizadas com os participantes desta pesquisa, constatou-se que os docentes apresentaram dificuldades no ambiente digital, para utilizar os recursos e ferramentas digitais oferecidos pela escola, da mesma forma que os alunos. Os professores precisaram ajustar suas aulas e seus conteúdos de forma rápida e dinâmica, fazendo cursos on-line para aprenderem a manusear as plataformas digitais de ensino, proporcionando o incentivo e o interesse aos alunos para participarem das aulas remotas.

Porém, o conjunto de dificuldades apresentadas pelos professores no ensino remoto emergencial (ERE), no olhar de Oliveira (2020), Alves (2020), Santos (2020), englobam diferentes aspectos, tais como a falta de comunicação e o despreparo para o uso das TDICs.

A crise instaurada pela Covid-19 produziu nas escolas um cenário de muitas mudanças. Nesta esteira, apresentamos como um dos maiores desafios: a imposição da exigência de um novo perfil que os professores devem ter para ministrar aulas em um contexto de contradições vivenciadas dentro e fora do espaço escolar (VALLE; MARCOM, 2020, p. 12).

Oliveira (2020) analisou uma pesquisa, publicada em dezembro de 2019, pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC, 2022), na qual 1.868 professores de todas as regiões do Brasil foram entrevistados. A investigação evidenciou a formação docente e o despreparo dos professores para atuarem no ensino remoto emergencial. Os dados apontam que 53% desses professores relataram a falta de capacitação e formação continuada para a realização das atividades oferecidas nas ferramentas de interação digital e 26% dos professores com letramento digital também apresentaram dificuldades para desenvolver o trabalho de formação pedagógica no ERE em ambientes digitais.

Diante dessas informações, podemos dizer que a maior parte dos docentes, inseridos em escolas públicas, desconhecem a diversidade das estratégias metodológicas que poderiam ser empregadas nas salas de aula on-line, com o intuito de ajudar e motivar o aluno a construir o seu conhecimento.

É necessário relatar que o professorado precisou se capacitar, juntamente com os alunos, para as possibilidades de aprendizado nas plataformas educacionais digitais e pode-se atribuir aspectos

fundamentais, como nível de letramento digital, limitações tecnológicas e precariedade, para o acesso às ferramentas de conexão. Infelizmente, os resultados incitam às falhas didáticas, erros com som e áudio, atividades sem a devida correção, entre outras situações, que, por sua vez, comprovam o quanto a falta de políticas públicas durante o distanciamento social na pandemia de Covid-19 foi nociva de forma global aos estudantes e professores.

Considerando os resultados apresentados nas transcrições das entrevistas, podemos observar que a maior parte dos alunos entrevistados reconheceu que houve muitas dificuldades e desafios no contexto do ensino remoto, por parte dos professores e dos alunos, pois a comunidade escolar não estava preparada para oferecer o ensino tradicional no formato on-line.

Na pesquisa realizada, o entrevistado 14 relata:

[...] não foi nada fácil, sabe, porque teve dificuldade tanto pela parte do aluno quanto pela parte do professor, e em questão de tecnologia de acesso, e pra aprender tinha que ir muito mais atrás do que quando era no presencial.

Conforme aponta Costa Júlio (2021), um grande desafio para que as TDICs sejam utilizadas no processo de ensino-aprendizagem diz respeito às dificuldades de acesso e destreza por parte dos professores em utilizar essas ferramentas. Além disso, muitos não possuem tempo suficiente para realizar a formação continuada disponibilizada pelo MEC, não se dispendo a aprender como fazer o uso das mesmas, gerando dessa forma uma aversão à inserção da tecnologia digital em sala de aula.

De acordo com o entrevistado 13, o ensino remoto

[...] foi um pouco confuso e meio sobrecarregado, porque era a primeira vez que tinha aulas remotas em meio à pandemia, com muitas preocupações e não conseguia me adaptar direito e tinha muitas atividades e, tipo, tinha muitas atividades no mesmo dia, tipo, tinha dia com cinco atividades, confuso porque sobre como usar a plataforma, questão e aulas e atividades, não foi muito bem explicado. A gente não entendia muito bem como era explicado.

Mesmo com os problemas apresentados no ensino remoto, as escolas públicas e particulares do país continuaram as atividades escolares on-line, programadas até o término do isolamento social.

Assim, torna-se indispensável, após o cenário pandêmico, a introdução das TDICs, como ferramentas pedagógicas ativas no ensino básico, com frequência, oferecendo aos professores e alunos um ambiente motivacional e criativo, possibilitando a construção de novos conhecimentos oferecidos pelo mundo digital. Conforme destaca Sampaio e Coutinho (2015, p. 61),

[...] é necessário incluir as tecnologias de informação e comunicação no currículo escolar. O uso das mesmas pode significar um maior acesso às informações, um melhor desempenho cognitivo e comunicativo e, conseqüentemente, um processo de aprendizagem mais rico.

Faz-se necessário, ainda, enfatizar que as TDICs nas disciplinas escolares são ferramentas significativas no processo de ensino-aprendizagem, possibilitando dinamizar as habilidades e competências apresentadas pelos alunos, inclusive para as pessoas com deficiência.

OS LIVROS DIDÁTICOS COMO TECNOLOGIA NO ENSINO PÚBLICO REMOTO

O assunto livro didático sempre foi polemizado em comunidades científicas que analisam criteriosamente o material e apontam problemas graves em sua produção e distribuição. Apesar das

críticas ao PNLD, pesquisas evidenciam que o Livro Didático, na maioria das escolas públicas, é o único material disponível de cunho pedagógico (SANTOS, 2021).

De acordo com Fernandes (2004), na contemporaneidade, temos a presença de diferentes produções e investigações científicas a respeito do livro didático quanto à difusão, seu uso escolar, suas concepções, bem como relações com as políticas públicas.

Nessa dinâmica, é evidente mencionar que um dos assuntos mais abordados sobre o livro didático é sua definição como mercadoria da indústria cultural. O Brasil produz milhões de livros didáticos e literários, destinados a escolas públicas e privadas. Assim, entende-se a larga escala de produção devido à padronização de um material perecível a ser distribuído em massa aos estudantes (FREITAG; MOTTA; COSTA, 1993).

A padronização de produção e consumo do livro didático possibilita lucro aos produtores da indústria editorial brasileira, bem como aos editores, autores, divulgadores, avaliadores, ilustradores, entre outros. Nesta concepção, os livros didáticos e os livros literários, por apresentarem um grande índice de vendas nacional, despertam o interesse e a motivação de grandes empresários do mercado (FONSECA, 2003; MUNAKATA, 2012; CASSIANO, 2013).

Os livros didáticos, impulsionados sobretudo pelo PNLD, são responsáveis por sessenta por cento de todo o faturamento da indústria livresca do Brasil [...] o programa nacional do livro e do material didático é, sem dúvida, um grande negócio para as editoras. Ter um livro de seu catálogo escolhido por diversas escolas brasileiras é garantia de uma vendagem certa (SILVA, 2012, p. 810).

A política de produção e distribuição do PNLD beneficia o mercado de muitas editoras. A padronização de seleção de livros movimentou no país bilhões de reais. No ano de 2020, em meio à pandemia, foram distribuídos 172.571.931 exemplares de livros a professores e alunos da educação pública.

O Brasil investiu cerca de R\$ 1.390.201.035,55 em aquisição de material didático. Nesse sentido, podemos entender que o livro didático é expresso por uma dimensão mercadológica, sendo garantia de lucro para o FNDE (BRASIL, 2020d).

Podemos notar o grande investimento destinado às políticas públicas educacionais, porém seria necessária a melhoria na administração do programa, deixando de lado os interesses comerciais, políticos e industriais, para assim aperfeiçoar a qualidade do material didático distribuído em rede nacional.

Sob a ótica de alguns pesquisadores, o material é simplificado, sem muitas atividades do cotidiano, formatado de maneira utilitarista e repetitiva. Segundo Bittencourt (1998, p. 72-73),

O livro didático produz uma série de técnicas de aprendizagem: exercícios, questionamentos, sugestões de trabalho, enfim, as tarefas que os alunos devem desempenhar para a apreensão ou, na maior parte das vezes, para a retenção dos conteúdos. [...] sua tendência é de ser um objeto padronizado, com poucos espaços para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com interferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo.

Deixando de lado as questões comerciais, industriais e políticas, observamos, por meio da pesquisa realizada em meio a pandemia, o quanto os alunos reconhecem o livro didático como um material importante no processo de ensino-aprendizagem. Como afirma o entrevistado 3, “O livro tem um papel muito importante, eu utilizei bastante para seguir o que os professores falavam e acredito que tem um papel muito importante, ele foi muito essencial”.

Dessa forma, é indispensável relatar como foi essencial a distribuição do livro didático durante a pandemia da Covid-19.

A mudança do ensino presencial para o ensino remoto impôs aos professores e alunos a necessidade de se adequarem a uma nova realidade de ensino, que para muitos representou o distanciamento do conhecimento, pois professores e alunos apresentaram problemas de acessibilidade e conexão para desenvolver as atividades previstas no ano letivo de 2020 e 2021.

Frente a esse cenário, é notório abordar a importância de se garantir a continuação dos estudos. Assim, os livros didáticos, fornecidos pelo PNLD, assumiram o papel primordial de suporte textual, como ferramenta de inclusão social, durante o isolamento social para os alunos sem conexão às plataformas educacionais (MANOEL; JERÔNIMO SOBRINHO; VILAÇA, 2021).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, os livros didáticos também representam uma das tecnologias básicas para o ensino-aprendizagem. “As tecnologias da informação e comunicação constituem uma parte de um contínuo desenvolvimento de tecnologias, a começar pelo giz e os livros, todos podendo apoiar e enriquecer as aprendizagens” (BRASIL, 2013, p. 25).

Com isso, os livros didáticos se fizeram presentes no ERE como ferramenta tecnológica para apoiar alunos, famílias e professores, pois as desigualdades sociais presentes na educação brasileira geram escolas públicas com diferentes necessidades quanto à tecnologia, mas o livro didático, por ser essa tecnologia comum às escolas, serviu para minimizar e assegurar aos alunos o acesso mínimo às atividades escolares básicas (ARTUSO; SILVA; SUERO, 2020).

Ainda neste aspecto de fragilidades e desigualdades presentes na sociedade brasileira, é evidente que a pandemia ocasionou o agravamento do acesso à educação, sendo notório, ao relacionar a taxa de matrícula, as diferenças de proficiência e a alfabetização, relacionadas aos fatores étnico-raciais e socioeconômicos, registrando uma realidade que redundou no aumento mundial na taxa de desemprego, reduzindo a renda familiar, o que desencadeou problemas relacionados às condições de acesso, por parte dos alunos, ao mundo digital (BRASIL, 2020a).

O estudo feito em agosto de 2020, por professores e alunos da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) do Brasil, constatou que o aplicativo WhatsApp foi considerado por 97% dos entrevistados a ferramenta fundamental para as atividades diárias durante o isolamento social na pandemia da Covid-19. Além disso, o envio e recebimento de informações neste aplicativo viabilizou o alcance aos pais e estudantes para o recebimento de informações das unidades escolares e a solicitação dos professores para as atividades domiciliares assíncronas. O Parecer CNE/CP nº 9, de 9 de julho de 2020, orienta que

As atividades pedagógicas não presenciais podem acontecer por meios digitais (videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros); por meio de programas de televisão ou rádio; pela adoção de material didático impresso como orientações pedagógicas distribuídas aos alunos e seus pais ou responsáveis; e pela orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos. A comunicação é essencial neste processo, assim como a elaboração de guias de orientação das rotinas de atividades educacionais não presenciais para orientar famílias e estudantes, sob a supervisão de professores e dirigentes escolares (BRASIL, 2020, p. 11).

Partindo deste pressuposto, podemos argumentar que os livros didáticos inseridos no ERE, sob a avaliação criteriosa do professor, representaram uma tecnologia real física e acessível;

possibilitaram o acesso às atividades assíncronas propostas pelos professores a milhares de alunos, tornando-se um verdadeiro aliado nas necessidades do contexto vivenciado na pandemia.

O LIVRO DIDÁTICO SOBRE A OPTICA DOS ALUNOS

As análises direcionadas ao uso do livro didático na pandemia revelaram que os professores não utilizaram o material didático nas disciplinas oferecidas no ensino remoto, fato é que 86,7% dos participantes relataram que o livro didático foi pouco utilizado, pois as atividades estabelecidas e programadas pelos professores demandavam outras ferramentas tecnológicas, deixando de lado o livro didático. O entrevistado 13 relata que o livro didático foi usado “[...] pouco, a maior parte foi por chamadas dos professores ou vídeo aulas do Youtube, ele ficou encostado, os professores não citavam o livro como o material de referência”.

Este depoimento é constante nas respostas às perguntas das entrevistas, demonstrando o desuso do livro didático no ERE na instituição. Podemos inferir que este foi um fator que comprometeu os alunos que não possuíam condições de estudar diariamente na plataforma de ensino *Microsoft Teams*. Neste sentido, podemos afirmar que faltou organização dos professores da instituição em prol de uma educação igualitária e acessível.

Por meio da entrevista feita com os participantes, deduzimos que a maior parte do professorado não cumpriu o seu plano de trabalho, planejamento este que ocorre anualmente, pois uma das metas estabelecidas bimestralmente é alinhar os conteúdos estabelecidos e determinados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, com a utilização dos livros didáticos e de outras ferramentas tecnológicas.

Por meio das análises e observações, concluímos que, para muitos participantes da pesquisa, o material didático foi uma ferramenta muito importante durante o ensino remoto. O participante 2 relata:

[...] eu particularmente aprendo bem mais lendo livros e lendo livros didáticos do que consumindo conta da internet, vídeos, cursinhos, e certas vezes até mais que aula, isso particularmente eu, mas eles, sem dúvidas, foram uma ferramenta de extrema importância nesse período pandêmico, eu sempre utilizava eles para acompanhar o conteúdo que eu tinha dificuldade, além de que a gente guia nos estudos o que eu tinha que aprender. É como um sumário.

Mesmo que alguns professores não tenham utilizado o livro didático, as respostas emitidas pelos entrevistados revelaram que 86,7% dos professores da instituição pesquisada incentivaram o uso do livro didático no estudo dirigido, um modo de estudo que permite ao aluno dividir o conteúdo para que, ao final, tenha o conhecimento completo.

Embora a pesquisa de campo tenha demonstrado pouca presença da maior parte dos livros didáticos no ERE, percebemos, nas vozes dos alunos, o quanto é importante oferecer subsídios para incentivá-los a se tornarem leitores conscientes e competentes. E, mesmo que o material didático nunca esteja completo na opinião do professor, caberá a si o papel de avaliador e formador de um aluno leitor-cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos bibliográficos, realizados em um espaço temporal de 5 anos, possibilitaram compreender como os livros didáticos surgem em importantes investigações que abordam a questão mercadológica, a forma como os professores utilizam e avaliam o produto e material didático, o conteúdo politizado e disciplinador, as relações entre editores, autores, livros e mercado, bem como outros que abordam a esfera econômica investida neste setor.

É necessário evidenciar que, diante do contexto anterior, procuramos entender, compreender e analisar as concepções dos alunos em relação ao uso dos livros didáticos na pandemia de Covid-19, e como foram incorporados nas atividades remotas de ensino-aprendizagem.

Cabe destacar que pretendemos provocar reflexões, com a intenção de suscitar outras questões sobre a ferramenta tecnológica livro didático. Neste sentido, abordamos as principais questões relatadas ao longo das investigações, e que, por sua vez, poderão contribuir para outros estudos que versam sobre a relação entre livros didáticos e alunos de escolas públicas.

Por meio da pesquisa bibliográfica, apresentamos concepções de autores (MIRANDA, 2004; BITTENCOURT, 2008; SAVIANI, 2007; entre outros) que corroboraram para as argumentações relevantes sobre a necessidade da distribuição do material didático enquanto formador pedagógico nas escolas públicas do Brasil.

Os resultados das análises sobre as informações coletadas por meio de questionários socioeconômicos e nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os alunos do ensino médio técnico, evidenciaram os problemas do ERE, bem como as dificuldades no ensino-aprendizagem, além dos desafios tecnológicos demonstrados pelos professores nas concepções dos alunos em relação ao uso das TDICs para a efetivação das aulas virtuais.

Assim, os participantes da pesquisa afirmaram que o livro didático representou um papel muito importante em seus estudos durante a pandemia, denotando, que a utilização do material físico didático proporcionou o estudo dirigido, bem como a realização de comparações de materiais e assuntos apresentados pelos professores via plataforma de ensino.

Partindo desse pressuposto, os resultados das entrevistas apresentadas posteriormente permearam as dificuldades que os alunos enfrentaram durante o ensino remoto, proferindo testemunhos frente à total insatisfação da mediação do ensino-aprendizagem oferecido pela instituição pesquisada. Nas respostas dos participantes foi possível compreender a preocupação com o ensino fragmentado que receberam, o que fomentou a procura por cursos específicos para aprender e entender o que não foi cumprido do currículo estabelecido anualmente, pois ficou evidente que os alunos faziam a comparação entre as temáticas desenvolvidas pelos professores e o sumário estabelecido por cada disciplina referenciada pelo seu material didático.

Diante de todo o exposto, foi possível compreender que o sucesso pleno no desenvolvimento das habilidades e competências no ensino-aprendizagem deste século está marcado pela inclusão das ferramentas tecnológicas, sendo as TDICs uma metodologia que torna o aprendizado significativo e, ao mesmo tempo, colaborativo, sinônimo do que deveria ter sido reafirmado nas práticas docentes no ambiente virtual de aprendizagem no ERE. Infelizmente, isso não aconteceu, de acordo com a pesquisa realizada, pois se apresentou um alto grau de dificuldade na inserção da tecnologia no ensino. A falta de qualificação e de formação continuada docente implicou no fracasso

representado nos dados em relação às concepções dos participantes e aos números de retenção, transferências e desistências no ensino remoto emergencial, comparados ao presencial.

Este artigo buscou apresentar informações sobre o livro didático no Brasil e como sua atuação se fez presente em meio a uma pandemia, sendo importante destacar que este estudo é um registro parcial sobre o objeto, não abrangendo as complexidades de situações que envolvem o livro didático.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lynn. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Interfaces Científicas Educação*, Aracajú, v. 8, n. 3, p. 348-365, 2020.

ARTUSO, Alysson Ramos; SILVA, Kelly Vanessa Fernandes Dias da; SUERO, Roberta. Uma discussão do livro didático como tecnologia no campo da ciência, tecnologia e sociedade. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Curitiba, v. 16, n. 42, p. 171-189, 2020.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 475-491, 2004.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Propostas curriculares de história: continuidades e transformações. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras*. São Paulo: Autores Associados: Fundação Carlos Chagas, 1998. p. 127-161.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livro didático e saber escolar*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Livros didáticos: concepções e uso*. Recife: Secretaria da Educação e Esporte de Pernambuco, 1997. (Coleção Qualidade do Ensino, Série: Formação do Professor).

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 abr. 2022.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 5 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). *Caderno de Estudos do Curso Programas do Livro*. 5. ed. atual. Brasília, DF: MEC, FNDE, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Histórico*. Brasília, DF, 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro/pnld/historico>. Acesso em: 28 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa nacional do livro didático (PNLD)*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programa nacional do livro didático (PNLD)*. Brasília, DF, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=668&id=12391&option=com_content&view=article. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução*. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 1997.

CARVALHO, Ulisses Pereira de *et al.* *Inovação em práticas pedagógicas: um estudo de caso em uma escola da rede pública do DF*. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2021.

BRASIL. *Portaria nº 343, de 17 de março de 2020*. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19. Brasília, DF, 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 15 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Programas do Livro: dados estatísticos*. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em: 15 jun. 2022.

CETIC. *TIC Educação 2021*. Edição COVID-19: metodologia adaptada. São Paulo: Unesco, 2022. Disponível em: https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2021_coletiva_imprensa.pdf. Acesso em: 28 abr. 2022.

COSTA, Júlio Resende. Emprego de tecnologias em processos de formação continuada de docentes: um ensaio sobre sua viabilidade em tempos de resiliência. *Brazilian Journal of Development*, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 22751-22784, 2021.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Comentários à Constituição Brasileira de 1988*. v. 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

CUNHA, Luís Antônio; XAVIER, Libânia. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FGV – CPDOC. *[Dicionário on-line]*. São Paulo: FGV, 2018. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-ldben>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, p. 531-545, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003. p. 59-79.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. *O livro didático em questão*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Notas para discussão quanto a implantação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano 21, n. 70, p. 159-170, abr. 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia*. Brasília, DF, 2020. (Nota técnica n. 88). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 8 mar. 2022.

LAJOLO, Marisa. Livro didático: um (quase) manual de usuário. *Em aberto*, Brasília, DF, v. 16, n. 69, p. 2-9, 1996.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. *Educação e Fronteira On-line*, Dourados, v. 2, n. 4, p. 143-155, jan./abr. 2012.

MEGID NETO, Jorge; FRACALANZA, Hilário. O livro didático de ciências: problemas e soluções. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 9, p. 147-157, 2006.

MANOEL, Bianca Corrêa Lessa; JERÔNIMO SOBRINHO, Patrícia; VILAÇA, Márcio Luiz Corrêa. 143. O livro didático como instrumento de inclusão social durante a pandemia da Covid-19: limites e possibilidades. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 81 (Supl.), p. 1884-1897, 2021.

MEIRELES, Cecília. *Problemas da literatura infantil*. São Paulo: Summus, 1979.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Plano Decenal de Educação para Todos. In: EDUCABRASIL. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/plano-decenal-de-educacao-para-todos/>. Acesso em: 6 out. 2022.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tânia Regina de. O livro didático de história hoje: Um panorama a partir do PNLD. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

MOLINA, Olga. *Professor x livro didático: quem engana quem*. Campinas: Papirus, 1988.

MORENO, Jean. *Quem somos? Apropriações e representações sobre a(s) identidade(s) brasileira(s) em livros didáticos de história (1971-2011)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

NEVES, Lúcia M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. *Revista Brasileira de História de Educação*, Maringá, v. 12, n. 3, p. 179-197, 2012.

OLIVEIRA, Elida. Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa, aponta estudo. *G1*, Rio de Janeiro, 9 jun. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ROMANATTO, Mauro Carlos. O Livro didático: Alcances e limites. *In: ENCONTRO PAULISTA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA*, 7., 2004, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: EPEM, 2004. p. 1-11.

SAMPAIO, Patrícia Alexandra da Silva Ribeiro; COUTINHO, Clara Pereira. O professor como construtor do currículo: integração da tecnologia em atividades de aprendizagem de matemática. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 635-661, set. 2015.

SANTOS, Edméa O. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos para hoje. Mas qual é mesmo a diferença? #livesdejunho. *Revista Docência e Cibercultura*, Rio de Janeiro, ago. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em: 2 set. 2022.

SANTOS, Carlos Cesar dos. *A importância do livro didático no ensino público remoto*. Trabalho apresentado no Congresso internacional movimentos docentes, São Paulo, out. 2021. V. único, p. 139.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso-comum à consciência filosófica*. 17. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.

SELLES, Sandra E.; FERREIRA, Marcia S. Influências histórico-culturais nas representações sobre as estações do ano em livros didáticos de ciências. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 10, n. 1, p. 101-110, 2004.

SENE, Adaíra. *Ensino remoto: desafios para o ensino público brasileiro durante a pandemia da Covid-19*. Recife: Adufepe, 10 jul. 2020. Disponível em: <http://www.adufepe.org.br/ensino-remoto-desafios-para-o-ensino-publico-brasileiro-durante-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 2 ago. 2020.

SILVA, Iara Augusta da. O programa nacional do livro didático para o ensino médio (PNLD/EM): uma política de educação implementada pelo estado brasileiro no início do século XXI. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 37., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt05-3544.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2022.

SILVA, Marco Antonio. A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, 2012.

SOBRINHO, José. Plano decenal de educação para todos: perspectivas. *Em Aberto*, Brasília, DF, v. 13, n. 59, p. 79-83, jul./set. 1993.

VALLE, Paulo Dalla; MARCOM, Jacinta Lucia Rizii. Desafios da Prática Pedagógica e as Competências para Ensinar em Tempos de Pandemia. *In: PALÚ, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro (org.). Desafios da educação em tempos de pandemia*. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 139-154. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Livro%20-%20DESAFIOS%20DA%20EDUCACAO%20EM%20TEMPOS%20DE%20PANDEMIA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Livro%20-%20DESAFIOS%20DA%20EDUCACAO%20EM%20TEMPOS%20DE%20PANDEMIA%20(1).pdf). Acesso em: 28 ago. 2022.

VIEIRA, Jamerson Lopes; CARDOSO, Camila de Nazaré Araújo; SILVA, Evaldo Gabriel Nascimento da. O ensino remoto em tempos de pandemia: reflexões sobre a prática docente. *Research, Society and Development*, [s. l.], v. 10, n. 13, p. e470101321329, 2021.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

| Funções Credit | Autora 1 | Autora 2 |
|--|-----------------|-----------------|
| 1. Conceptualização Formulação ou evolução de ideias, objetivos e metas de pesquisa abrangentes. | x | x |
| 2. Curadoria de Dados Gerenciamento de atividades para anotar (produzir metadados), limpar dados e manter dados de pesquisa, para uso inicial e posterior reutilização. | x | |
| 3. Análise Formal, Aproveitamento de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais, ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar dados do estudo. | x | |
| 4. Aquisição de Financiamento Aquisição de suporte financeiro para o projeto levando a esta publicação. | Não de Aplica | |
| 5. Investigação Condução do processo de pesquisa, especificamente realizando os experimentos, ou coleta de dados/evidências. | x | |
| 6. Metodologia de Desenvolvimento. | x | x |
| 7. Administração do Projeto Responsabilidade pelo gerenciamento e coordenação para o planejamento e execução da atividade de pesquisa. | x | x |
| 8. Recursos Fornecimento de materiais de estudo, reagentes, materiais, paciente, amostras de laboratório, animais, instrumentação, recursos computacionais ou outras ferramentas de análise. | x | |
| 9. Software Programação, desenvolvimento de software, design de programas de computador; implementação de códigos de computador e algoritmos de suporte; teste de componentes de código existentes | não se aplica | |
| 10. Supervisão Responsabilidade de liderança e supervisão para a execução e planejamento da atividade de pesquisa. | | X |
| 11. Validação Verificação, como parte da atividade ou separado, de reprodutibilidade/replicação geral de resultados/experimentos e outros resultados de pesquisa. | não se aplica | |
| 12. Visualização Preparação e apresentação de dados. | X | X |
| 13. Escrita – rascunho original Preparação, criação e/ou apresentação de trabalho publicado, especificamente o rascunho inicial (incluindo tradução substantiva). | X | X |
| 14. Escrita – análise e edição Preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por membros do grupo original de pesquisa, especificamente análise crítica, comentário ou revisão. | X | X |

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CONCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE A UTILIZAÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Pesquisador: ARIADNE LOPES ECAR

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 52970421.4.0000.5597

Instituição Proponente: Universidade Ibirapuera

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.169.063

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1837739, de 15/10/2021). A presente pesquisa tem como objetivo principal verificar as concepções de alunos do Ensino Médio sobre a utilização de livros didáticos como suporte no ensino remoto durante a pandemia do COVID-19. Os participantes da pesquisa são alunos regularmente matriculados em escola da Rede Pública do Estado de São Paulo. Os dados serão coletados por questionário sociodemográfico e por entrevista semiestruturada e, posteriormente, feito uma análise descritiva utilizando como metodologia o estudo de caso.

Objetivo da Pesquisa:

Identificar e analisar as concepções dos alunos com relação ao uso do livro didático como material de apoio no ensino remoto durante o distanciamento social decorrente da pandemia da Covid-19.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

As informações elencadas neste campo foram retiradas do arquivo Brochura_Pesquisa, de 05/12/2021 “Baseando no princípio que toda pesquisa implica riscos e que poderão causar constrangimento ou situações adversas, foi elaborado

um questionário e uma entrevista sem invasão à intimidade do participante, desta forma a pesquisa proposta apresenta um risco mínimo”. Quanto aos benefícios, são indiretos, como lê-se: “A pesquisa corroborará a construção do conhecimento científico, trazendo um olhar reflexivo sobre os livros didáticos no ensino médio. Contribuirá para uma maior compreensão dos desafios enfrentados no ensino remoto durante a pandemia de COVID- 19”.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O estudo é nacional, não é multicêntrico. De caráter acadêmico, realizado para obtenção de título de mestre, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Ibirapuera. Com 15 participantes. Início da coleta de dados: fevereiro de 2022. Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente no. 5.141.301 emitido pelo CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente no. 5.141.301 emitido pelo CEP. 1: Coleta de dados “Cronograma”

Onde se lê: Coleta de dados será em novembro, dezembro e 2021 e janeiro de 2022

Resposta: A coleta de dados será em fevereiro, março e abril de 2022.

Análise: atendida

2. : Adequação do TCLE quanto a nível de risco

Onde se lê: Riscos e desconfortos. Não há classificação de riscos

Resposta: Baseado no princípio que toda pesquisa implica riscos e que poderão causar constrangimentos ou situações adversas, foi elaborado um questionário e uma entrevista sem invasão à intimidade do participante, desta forma a pesquisa proposta apresenta um risco mínimo por não apresentar intervenção intencional nos aspectos físicos e psicológicos

Análise: atendida.

3.Item 3: Inclusão de classificação de Benefícios Diretos ou Indiretos e seus

Motivos.

Onde se lê: Os resultados da pesquisa serão apresentados à comunidade escolar pelo pesquisador, com a finalidade de analisar a concepção dos alunos sobre a utilização do livro didático no ensino remoto. Acredita

-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para o processo de transformação e reconhecimento dos interesses e necessidade dos alunos e desenvolvimento consciente de prática pedagógica do corpo docente e gestores da escola Etec Antônio de Pádua de Cardoso

Resposta: A pesquisa corroborará a construção do conhecimento científico, possibilitando um olhar reflexivo sobre os livros didáticos no Ensino Médio. Contribuirá para uma maior compreensão dos desafios enfrentados no ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. Acredita-se que os resultados indiretos desta pesquisa possam contribuir para o processo de transformação e reconhecimento dos interesses e necessidade dos alunos, bem como contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, proporcionando o desenvolvimento consciente de prática pedagógica do corpo docente e gestores da Etec Antônio de Pádua de Cardoso.

Análise: atendida

4. Item 4: Substituição da palavra “sujeito” para “participante”, de acordo com a Resolução nº466/12 e Resolução nº510/2016

Análise: atendida

5. Adequação do Cabeçalho do TCLE e TALE com a inclusão da Resolução CNS nº 510/2016 Análise: atendida

6. Item 6: Adequação do texto para não causar viés. Onde se lê:

Esta pesquisa tem por finalidade pesquisar as concepções de alunos do ensino médio sobre a utilização de livros didáticos durante a pandemia do COVID-19, pois para muitos alunos que estão à margem da sociedade, e os livros podem servir como suporte necessário para o ensino remoto.

Resposta: A pesquisa proposta tem por finalidade investigar as concepções de alunos do Ensino Médio sobre a utilização de livros didáticos durante a pandemia do COVID-19.

Análise: atendida

Item 7: Adequação do TALE de modo acessível e apropriado para diferentes faixas etárias, e as etapas de participação

análise: atendida

Item 8: Adequação e detalhamento como serão as entrevistas, quais os tipos de perguntas, tempo, gravadas

Leia-se: “Com a finalidade de atingir o objetivo proposto, serão convidados a participar através de sorteios aleatórios por Série de estudo, 15 alunos(as) do Ensino Médio da Escola Técnica Antônio de Pádua Cardoso, sendo 5 alunos(as) do 1º Ano, 5 Alunos(as) do 2º Ano e 5 Alunos(as) do 3º Ano do Ensino Médio, o levantamento de dados coletados para este projeto de

pesquisa será através do questionário sócio-demográfico composto por 12 questões, sendo 10 perguntas questões abertas, 1 questão opcional e 1 questão de múltipla escolha, sendo necessário o tempo mínimo de 10 minutos para responder as 12 questões. A entrevista semiestruturada é composta de 13 questões abertas, sendo relacionada ao ensino remoto e aos livros didáticos, a previsão de tempo da entrevista é de 20 minutos a ser gravada através de gravador sonoro sendo a mesma. A partir dos resultados coletados será feito

uma Análise do material.”

Análise: atendida

Item 9: Adequação sobre contatos e informações sobre a pesquisa Onde se lê:

Se houver dúvidas sobre a ética da pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (Seres Humanos) da Universidade Ibirapuera- Av Interlagos, 1329- CEP 04661-00- São Paulo – SP (Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura). Fone: (11) 56947900 – E-mail:

contato@ibirapuera.edu.br. Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira das 9 às 12h e de 14 às 16h(exceto feriados e recesso universitário).

Leia-se:

Se houver dúvidas sobre a ética ou qualquer outra necessidade referente à pesquisa, entre em contato diretamente com os pesquisadores responsáveis:

- Ariadne Lopes Ecar (e-mail: ariadne.ecar@ibirapuera.edu.br – Cel: (11)97685-3313)
- Carlos Cesar dos Santos (e-mail: cesar.pormaiseducacao@hotmail.com – Cel: (16)

99332-5077).

- Poderá também ser realizado contato para denúncias sobre a pesquisa
- no Comitê de Ética em Pesquisa (Seres Humanos) da Universidade Ibirapuera- Av Interlagos, 1329- CEP 04661-00- São Paulo – SP (Associação Princesa Isabel de Educação e Cultura). Fone: (11) 56947900 – E-mail: contato@ibirapuera.edu.br. Horário de Funcionamento: segunda a sexta-feira das 9 às 12h e de 14 às 16h (exceto feriados e recesso universitário).

- Análise: atendida

• **Item 10: Adequação e inclusão de da privacidade dos dados no projeto e nos termos de apresentação.**

- Onde se lê:
- Em momento algum será citado o nome do participante ou publicado qualquer meio que permita a sua identificação, garantindo assim com o completo sigilo.
- Leia-se:
- Após o término da pesquisa e apresentação dos resultados, os questionários serão incinerados e a entrevista estruturada gravada será excluída do gravador. A identidade e privacidade dos participantes ficarão
- asseguradas, sendo que o anonimato será preservado por meio da utilização de codinome e as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos, os quais estão fundamentados na Resolução 510/2016, que normatiza e norteia as pesquisas com Seres Humanos em Ciências Humanas,
- as quais serão destruídas cinco anos após o término da pesquisa. Serão confidenciais todas as informações deste estudo e somente os pesquisadores terão conhecimento dos dados compilados
- Análise: atendida
- Considerações Finais a critério do CEP:
- Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios de pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam devidamente apreciadas pelo CEP, conforme Resolução CNS 466/12, item XI.2.d e Resolução CNS 510/16, art. 28, item V.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|---|---------------------|--------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1837739.pdf | 05/12/2021 19:03:41 | | Aceito |
| Brochura Pesquisa | Brochura_Pesquisa.pdf | 05/12/2021 18:57:53 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Cronograma | Cronograma_Atualizado.pdf | 05/12/2021 18:53:57 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Parecer Anterior | Parecer_Anterior.pdf | 05/12/2021 18:44:11 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | TCLE_TALE_Corrigido.pdf | 05/12/2021 18:42:36 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Outros | Carta_Analisada_Resposta_CEP.pdf | 05/12/2021 18:38:39 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_Analisado_CEP.pdf | 05/12/2021 18:37:09 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Folha de Rosto | Folha_Rosto_Assinada.pdf | 15/10/2021 21:43:12 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | TERMO_DE_AUTORIZACAO.pdf | 15/10/2021 21:36:29 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Orçamento | Orcamento.pdf | 15/10/2021 21:15:12 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |
| Declaração de Pesquisadores | Termo_Pesquisador.pdf | 15/10/2021 21:03:57 | ARIADNE LOPES ECAR | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO PAULO, 15 de dezembro de 2021

Assinado por: SUSANA MORIMOTO
(Coordenador(a))

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.